



Brasília-DF, 10 de outubro de 2024

INPC
Índice Nacional de
Preços ao Consumidor
SETEMBRO/2024
0,48%

**INPC ACUMULADO
12 MESES
DATA-BASE EM
OUTUBRO 4,09%**



INPC tem alta de 0,48% em setembro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) teve alta de 0,48% em setembro, 0,62 p.p. acima do resultado observado em agosto (-0,14%). No ano, o INPC acumula alta de 3,29% e, nos últimos 12 meses, de 4,09%, acima dos 3,71% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em setembro de 2023, a taxa foi de 0,11%.

Os produtos alimentícios subiram 0,49% em setembro, após dois recuos consecutivos. Por sua vez, a variação dos não alimentícios acelerou de 0,02% em agosto para 0,48% em setembro.

Quanto aos índices regionais, Goiânia registrou a maior alta (1,05%), por conta da gasolina (6,24%) e da energia elétrica residencial (4,73%). Já a menor variação foi observada em Aracaju (0,08%), por conta dos recuos dos preços da cebola (-25,07%), do tomate (-18,62%) e da gasolina (-1,68%).

Fonte: IBGE

Centrais Sindicais debatem Agenda Legislativa



Representantes das Centrais Sindicais se reuniram nesta terça-feira (08) pra debater o cenário político com o final do primeiro turno das eleições.

Os projetos de lei, de interesse da classe trabalhadora, em sua maioria, que buscam flexibilizar direitos trabalhistas tiveram destaque na pauta.

Representantes das centrais sindicais, do Dieese e do Diap se reúnem semanalmente para conhecer a pauta legislativa e estabelecer estratégias conjuntas.

Fonte: NCST

MPT divulga diretrizes sobre impactos das mudanças climáticas no trabalho

MPT divulga diretrizes sobre os impactos das mudanças climáticas nas relações de trabalho. Veja como proteger o meio ambiente do trabalho e garantir a saúde dos trabalhadores.



O Ministério Público do Trabalho (MPT) divulgou nesta terça-feira (8) documento com diretrizes sobre os impactos das mudanças climáticas nas relações de trabalho.

As orientações são voltadas a integrantes do MPT e servem de base para a atuação institucional em defesa do meio ambiente do trabalho seguro e saudável.

As sugestões incluem:

- promover a aproximação com autoridades ambientais e de saúde locais;

**Brasília-DF, 10 de outubro de 2024**

- propor às empresas medidas preventivas contra acidentes ou desastres; e
- sugerir às organizações a adoção de medidas para identificar riscos e trazer novas avaliações de riscos relacionados ao trabalho decorrentes das mudanças climáticas.

De acordo com a coordenadora nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, Cirlene Luiza Zimmermann:

“as mudanças climáticas e seus impactos no mundo do trabalho são uma realidade e era necessário que houvesse uma diretriz com o objetivo subsidiar a atuação de membros e membras do Ministério Público do Trabalho na defesa de um meio ambiente do trabalho que preserve a saúde e a segurança de trabalhadores e trabalhadoras expostos aos efeitos de eventos climáticos extremos e emergências, observadas, evidentemente, as peculiaridades regionais”.

O documento foi elaborado pela coordenação nacional da Codemat e pelo Grupo de Estudos “Mudanças Climáticas e Impactos no Meio Ambiente do Trabalho” vinculado à coordenadoria.

[Acesse a diretriz](#)

Fonte: Rádio Peão Brasil

Nem-nem ou sem-sem? Dieese revela falta de oportunidade para os jovens

Pesquisa revela que não se trata de ociosidade da juventude, mas um mercado de trabalho com alta rotatividade, postos de trabalho precários e poucas oportunidades de qualificação



Foto: Arquivo/ Agência Brasil

Cerca de 9,8 milhões de jovens entre 15 e 29 anos estão sem trabalho e fora da escola, situação que recentemente passou a ser classificada como “nem-nem”. Os dados são do Dieese (Departamento

Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) e se referem ao 2º trimestre de 2024.

Para o Dieese, no entanto, a designação simplista desses jovens como “nem estudam, nem trabalham” não reflete a realidade da maioria que se encontra em situação de transição ou enfrentando barreiras estruturais para ingressar no mercado de trabalho ou continuar os estudos.

A atribuição da responsabilidade pela situação dos “nem-nem” aos próprios jovens é equivocada, demonstra uma pesquisa elaborada pelo o órgão.

Os dados comprovam que a maioria desses jovens está longe de estar ociosa, enfrentando, na verdade, um mercado de trabalho com alta rotatividade, postos de trabalho precários e poucas oportunidades de qualificação. Muitos não conseguem continuar estudando ou buscar emprego de forma ativa devido à falta de recursos financeiros. Assim, soluções como a ampliação de cursos profissionalizantes ou a flexibilização das leis trabalhistas, como o contrato intermitente, têm se mostrado insuficientes para resolver o problema.

Segundo o levantamento, apenas 1,4% jovens afirmaram que realmente não queriam trabalhar. Cerca de 23% dos jovens sem trabalho e fora da escola tinham procurado ativamente trabalho no mês em que foram entrevistados pelo IBGE.

Entre as mulheres, 12% declararam que não podiam trabalhar porque tinham que cuidar de afazeres domésticos –ou seja, na verdade, estavam trabalhando, mas não são consideradas como força de trabalho.

Ainda de acordo com a pesquisa, cerca de 8% dos jovens sem trabalho e fora da escola faziam algum tipo de curso ou estudavam por conta própria.

Para o economista do Dieese, Gustavo Monteiro, esses dados demonstram que a questão não é que os jovens não queiram trabalhar, estudar ou se comprometer, mas que faltam oportunidades. “O problema está nas oportunidades que eles têm, que são mais limitadas. Por isso, em vez de geração ‘nem-nem’, preferimos chamar esses jovens de ‘sem-sem’, sem trabalho e sem estudo, afirma Monteiro.

O comportamento da taxa de desocupação dos jovens segue o padrão geral do mercado de trabalho, porém com índices significativamente mais altos, o que reforça a falta de oportunidades adequadas para esse segmento.

A resposta para essa questão não está na culpabilização da juventude, mas na criação de

**Brasília-DF, 10 de outubro de 2024**

políticas públicas focadas no crescimento econômico, na valorização da educação e na promoção de empregos formais e estáveis. Estados e municípios têm a maior parte dessas responsabilidades, já que, por exemplo, a educação de base é municipal e estadual. Sem isso, a transição da escola para o mercado de trabalho continuará sendo um desafio para milhões de jovens brasileiros.

Fonte: Portal Vermelho

Com alta na energia elétrica, IPCA acelera para 0,44% em setembro



Foto: Helena Pontes/Agência IBGE Notícias

A inflação do país acelerou para 0,44% em setembro, subindo 0,46 ponto percentual (p.p.) em relação ao mês anterior (-0,02%). O resultado foi influenciado pelas altas no grupo Habitação (1,80%), após aumento nos preços da energia elétrica residencial, que passou de -2,77% em agosto para 5,36% em setembro, e no grupo Alimentação e bebidas (0,50%), que subiu após dois meses consecutivos de quedas. No ano, a inflação acumulada é de 3,31% e, nos últimos 12 meses, de 4,42%. Os dados são do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado nesta quarta-feira (9) pelo IBGE.

O gerente da pesquisa, André Almeida, destaca a influência da bandeira tarifária da energia elétrica residencial nos resultados do grupo Habitação. "A mudança de bandeira tarifária de verde em agosto, onde não havia cobrança adicional nas contas de luz, para vermelha patamar um, por causa do nível dos reservatórios, foi o principal motivo para essa alta. A bandeira vermelha patamar um acrescenta R\$4,46 aproximadamente a cada 100kwh consumidos", explica. O item exerceu impacto de 0,21 p.p. no índice geral de setembro.

O grupo de Alimentação e bebidas registrou alta de 0,50%, com aumento de preços na alimentação no domicílio (0,56%), após dois meses seguidos de recuos. André salienta que esse resultado foi influenciado, em grande parte, pelo aumento nos preços da carne bovina e de algumas frutas, como laranja, limão e mamão.

"Falando especificamente das carnes, a forte estiagem

e o clima seco foram fatores que contribuíram para a diminuição da oferta. É importante lembrar que tivemos quedas observadas ao longo de quase todo o primeiro semestre de 2024, com alto número de abates. Agora, o período de entressafra está sendo intensificado pela questão climática", analisa o gerente.

A alimentação fora do domicílio, com alta de 0,34%, registrou variação próxima à de agosto (0,33%). O subitem refeição desacelerou de 0,44% para 0,18%, enquanto o lanche acelerou de 0,11% para 0,67%.

Fonte: IBGE

O que os parlamentares esperam de Gabriel Galípolo à frente do Banco Central?

Congressistas comentam aprovação do economista por ampla maioria; esquerda espera maior alinhamento ao governo



Roque de Sá/Agência Senado

A aprovação por ampla maioria do economista Gabriel Galípolo para presidir o Banco Central, nesta terça-feira (8), revelou uma estranha coincidência entre governo e oposição. Elogiado por senadores bolsonaristas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), como Sérgio Moro (União) e Damares Alves (Republicanos), o nome de Galípolo teve sua aprovação unânime na CAE e levou 66 dos 81 votos no plenário do Senado Federal.

O economista foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no final de agosto. A sabatina e aprovação no Senado é requisito para a assunção ao cargo de presidente do BC.

O líder do governo no Senado, senador Jacques Wagner (PT-BA) acredita que a alta adesão ao nome de Galípolo foi viabilizada pela acertada escolha do governo ao indicar uma pessoa altamente técnica e com bom trânsito dentro da instituição.

"Eu acho que a escolha foi acertada. É alguém com currículo invejado na área, alguém que já foi

**Brasília-DF, 10 de outubro de 2024**

secretário-executivo na Fazenda, já está no BC há um ano e pouco e, como ele próprio disse, não foi lá para criar problemas, ao contrário. Votou em conjunto com o presidente atual várias vezes para subir, para manter, para descer [a taxa básica de juros]", destacou.

Wagner destacou ainda que durante o governo passado, de Jair Bolsonaro (PL), a oposição não trabalhou para obstaculizar indicações do presidente, seja para cargos no Banco Central ou no Judiciário, pelo que não justificaria uma ação de boicote ao nome de Galípolo para a presidência do BC.

"Pesou a máxima que eu sempre defendi, inclusive dentro do PT, que essa é uma prerrogativa constitucional do presidente da República. Se alguém barra o nome dele, quem é que ia indicar o próximo? O próprio presidente. Eu nunca trabalhei contra nenhuma indicação do presidente anterior", destacou o líder do governo, que também apontou para um certo amadurecimento democrático das relações entre o parlamento e o Executivo.

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse ter boas expectativas em relação ao trabalho de Galípolo à frente do Banco Central, e espera que a nova gestão esteja mais alinhada com o projeto do governo.

"Não tenho nenhuma dúvida que ele vai fazer de tudo para que o Banco Central corresponda à expectativa que nós trouxemos, que ele seja um instrumento que colabore para diminuir a inflação, para diminuir a taxa de juros e que, com isso, alavanque ainda mais que o presidente Lula vem fazendo que é o avanço social", disse o senador.

Em uma rede social, o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, destacou a aprovação unânime na CAE. "Desejo muito sucesso ao novo presidente do Banco Central, aprovado hoje por unanimidade pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Gabriel Galípolo", escreveu.

"Galípolo é um jovem e competente economista, um sopro de renovação ao Bacen, que vai ajudar o Brasil a construir uma economia mais competitiva", disse o senador Humberto Costa (PT-PE).

Já o deputado federal petista Bohn Grass utilizou seu perfil nas redes sociais para mandar um recado ao economista. "Espero que fuja da tese – já amplamente contestada até por economistas liberais – de que mais emprego e salário geram inflação", publicou.

Galípolo toma posse como presidente do Banco Central no dia 1º de janeiro, em substituição ao atual presidente, Roberto Campos Neto, que permaneceu no cargo nos últimos quatro anos.

Quem é Gabriel Galípolo

Formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Galípolo trabalhou em secretarias do governo do estado de São Paulo durante a gestão de José Serra (PSDB), quando também dirigiu a área de estruturação de projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs). Em 2009, deixou a administração pública e fundou uma empresa de consultoria.

Entre 2017 e 2021 foi presidente do Banco Fator. Depois, virou conselheiro da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp) e pesquisador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri). Em 2023, após a posse de Lula, foi convidado para ser secretário-executivo do Ministério da Fazenda, comandado por Fernando Haddad (PT).

Após um semestre como número dois da Fazenda, foi indicado diretor de política monetária do BC e no final de agosto, o presidente Lula o indicou para a presidência da instituição. Nas últimas reuniões do Conselho de Política Monetária (Copom), Galípolo se alinhou ao atual presidente do BC, Campos Neto, e apoiou o aumento da taxa básica de juros (Selic) no Brasil, contrariando as expectativas do governo.

Fonte: Brasil de Fato

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
CNTI

FILIADA À
NCST
NOVA
CENTRAL

OUTUBRO ROSA
Campanha de Conscientização Contra ao Câncer de Mama

Quando se trata de Câncer de Mama, toda a mulher tem que se prevenir. Não Vacile!
Faça o autoexame.

Se conheça, se ame, se cuide!

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI 2024